

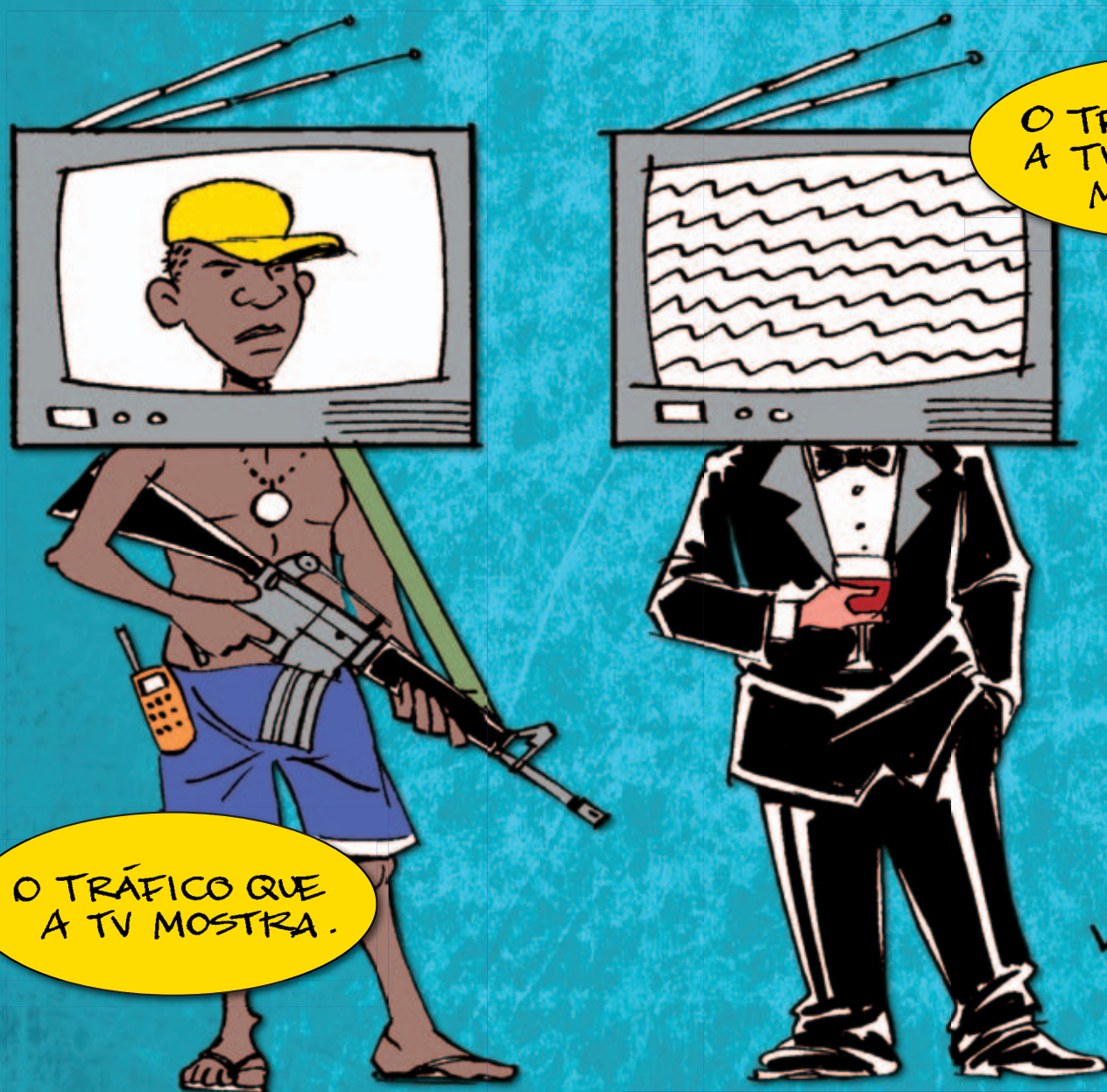
Vozes das Comunidades

Um jornal feito
pelas comunidades
a serviço
das comunidades

Setembro de 2011 ■ Ano VI ■ Nº 07

Uma nova comunicação para uma nova sociedade

Páginas 4 e 5



Servidores públicos
na luta pela saúde
dos excluídos
Página 3

A comunicação
que queremos e a
que não queremos
Páginas 4 e 5

Zélia e Jorge:
pobres são removidos
no Rio de Janeiro
Páginas 6 e 7

O veneno
está na sua mesa
Página 12

Comunicação Popular

Nossa imprensa é nossa voz

Enquanto não nos liberam rádios e TVs, temos nossos jornais

Claudia Santiago

O Rio de Janeiro sempre foi uma cidade maravilhosa. Linda! Linda! Com suas praias, lagoas, montanhas, cachoeiras e floresta encanta quem aqui nasce; e os outros, que aqui gostariam de ter nascido.

Houve um tempo, porém, nem tão distante assim, que embora linda, a cidade fazia as pessoas sentirem medo. Medo da bala perdida, do arrastão, do assalto à mão armada. Eram essas as imagens que apareciam nas telas da TV.

De repente, tudo parece que mudou. Todo mundo quer morar no Rio. A cidade tornou-se uma das mais caras do planeta. Os aluguéis dispararam. E a mídia tenta mostrar uma cidade pacificada e em ordem.

É que em 30.10.2007, a FIFA escolheu o Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014. Dois anos depois, em maio de 2009, ficamos sabendo que a partida final do evento vai ser no Maracanã. Mas não era suficiente tanta emoção para os cariocas. Em 2.10.2009, o Rio foi selecionado como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Gente debaixo do tapete

Desde então o que já acontecia lentamente tomou gás. E começou a limpeza da cidade para receber os

jogos. Uma limpeza cruel porque varre gente para debaixo do tapete. Esconde o trabalhador informal, o morador de rua e remove os pobres para longe do seu local de trabalho. Finge que acabou com o problema do tráfico de drogas quando todos sabem que o grande traficante continua seus negócios e não mora em favela.

Durante quatro meses os alunos do Curso de Comunicação Popular conversaram sobre todos esses assuntos. Porque estes assuntos são o tema central das suas vidas.

“Paz sem voz, é medo”

O jornal *Vozes das Comunidades* é feito por pessoas que estão tendo suas casas derrubadas pelos tratores da Prefeitura e das empreiteiras, jovens que são presos por colocarem rádio comunitária no ar. Homens que vivem nas ruas. Mulheres que moram em ocupações no Centro da Cidade. Gente que luta pela moradia. Gente que luta pelos direitos das mulheres. Gente preocupada com o bem comum que quer uma cidade verdadeiramente linda.

E feito por uma penca de estudantes de comunicação interessados em aprender e viver uma comunicação diferente.

O jornal *Vozes das Comunidades* quer ser uma peça no mosaico da comunicação da classe trabalhadora na sua luta constante contra todas as formas de exploração e opressão.

De olho na vida



29/08/2011
Guarda Municipal apreende frutas que camelô vendia numa rua do bairro da Glória, no Rio de Janeiro

Opinião

A quantas anda a luta social hoje

Ricardo Felix

Atualmente no Rio de Janeiro os movimentos sociais tem enfrentado duras e longas lutas. Essas lutas fazem com que os militantes e organizações tenham que atuar para diminuir estragos. Até aqui não se conseguiu uma estratégia que possa garantir uma atuação permanente. Por exemplo: os despejos e remoções causados pelas obras da Copa e Olimpíadas.

Mas essa é só uma parte dos problemas trazidos pelos ataques do capital estrangeiro e nacional.

As intervenções das obras dos portos da Baía de Sepetiba, da TKCSA e ainda o da siderúrgica da Gerdau, que será construída na mesma região, junto com as do COMPERJ vão destruindo a qualidade de vida do povo. Com a construção do canal de acesso, os metais pesados depositados no fundo da baía serão novamente mis-

turados nas águas. Isso vai causar dois envenenamentos. O dos peixes, e o nosso.

Além do mais tirará o trabalho de 8mil pessoas que vivem diretamente, ou não, da pesca. As obras do COMPERJ e do Arco Rodoviário estão dando o maior nó cego social.

Aumento da violência

Com o deslocamento de 50 mil famílias de trabalhadores, desde 2010, aumentou a violência. Principalmente por causa das milícias e esquadrões da morte. Responsáveis que são por dar garantia aos criminosos comércios de extorsão, extermínio e prostituição de adolescentes. Controlando, também, o aumento abusivo de preço nas passagens do transporte alternativo através de vans.

Todo este quadro requer dos movimentos sociais um trabalho territorial. Levando a estas populações atividades educativas, culturais e políticas sociais que produzam a mudança deste estado de coisas.

EXPEDIENTE: Vozes das Comunidades

Jornal do Curso de Comunicação Comunitária do NPC
Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2220-5618 / 9923-1093

Jornalista responsável: Claudia Santiago - Diagramação: Daniel Costa

AGRADECIMENTOS A TODOS OS MONITORES:

- Alan Tygel • Ana Lúcia Vaz • Arthur William • Carlos Maia • Esther Kuperman
- Gabriel Mendes • Gustavo Barreto • León Diniz • Luisa Santiago • Marina Schneider
- Muza Clara • Otávio Moreira • Repper Fiell • Sheila Jacob • Tatiana Lima • Vito Giannotti

APOIO: Fundação Rosa Luxemburgo e Sindicato dos Engenheiros (RJ)

EQUIPE:

- Alessandro Faustino • Anísio Borba • Beatriz Libonati • Camila Seraphini
- Carla Romão • Cynthia Rachel • Daiana da Silva • Eduardo Marinho • Eliete Rosa
- Elis de Aquino • Ellen Christine F. de Souza • Eva Ganc • Nihi Farida
- Guaraci dos Santos • Hugo Parra • Joana da Conceição • Jorge Lucas Araujo
- Malu Machado • Marcos Cavalcanti • Maria Raimunda S. Souza • Miriam Murphy
- Noemia Caetano • Rafael Lopes • Renato Prata • Ricardo Felix • Salvador de Andrade
- Sérgio Pimentel • Soraia Melo • Tatiana Galdino • Vera Lúcia Araujo

Serviço Público

"A cidade tem muito a aprender com quem vive na rua. A rua não é outro mundo. É a outra face que mostra quem a gente é".

Servidores públicos lutam pela saúde dos excluídos

POPULAÇÃO DE RUA - Médicos, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, dentistas, assistentes sociais e agentes comunitários de saúde dedicam-se aos invisíveis

Ellen C. F. de Souza,
Joana da Conceição e Pimentel

"Saúde em Movimento nas Ruas" é um programa de saúde pública que pertence à Prefeitura do Rio. Ele é formado por uma equipe de profissionais que trabalha para que o direito à saúde seja garantido às pessoas que estão em situação de rua. Esse trabalho está acontecendo no Centro da cidade do Rio de Janeiro há 11 meses. Os profissionais envolvidos

são médicos, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, dentistas, assistentes sociais e agentes comunitários de saúde.

O atendimento é feito através de uma primeira abordagem à pessoa em situação de rua. O objetivo não é só dar um atendimento imediato, mas é principalmente construir um vínculo entre a pessoa que está sendo atendida e o profissional da saúde.

Por isso, é feito o acompanhamento da pessoa tanto no local em que ela está morando quanto no posto Oswaldo Cruz, que abriga o Programa. Ele fica na Rua

Henrique Valadares, 151, Centro do Rio.

"O acesso à saúde é a grande questão", explica o psicólogo Iacã Macerata, que coordena o programa. Segundo ele, a população em situação de rua tem tido dificuldade de acesso à saúde por vários fatores, e o principal deles é a exclusão.

Em entrevista ao *Vozes das Comunidades*, Macerata falou sobre a luta para o Programa persistir. Ele conta que a extinção só não aconteceu nos três primeiros meses pela articulação entre os movimentos sociais, ONGs, representantes na Câmara de

Vereadores e da sociedade civil que lutam para que o atendimento se adapte à pessoa e ao local em que ela vive, e não o contrário, mesmo que seja a rua.

Questionado por que luta pela saúde da população em situação de rua, o coordenador do "Saúde em Movimento" responde: "Eu acredito que a cidade tem muito a aprender com quem que vive na rua. É importante não virarmos as costas para ele. A rua tem muito a ensinar, não é outro mundo. É a outra face que mostra quem a gente é".

Transporte Público

Acidente com bondinho é mais uma prova do descaso com transporte

Em agosto foi o bondinho. Amanhã pode ser metrô, trem, ônibus...

Ricardo Félix

O acidente ocorrido com o bondinho de Santa Teresa no sábado, 27 de agosto, nos remete ao descaso de nossas autoridades estaduais e municipais com os transportes.

Além deste caso específico, os trens urbanos da SuperVia tem apresentado problemas. E a vida dos passageiros está virando um inferno. Trens sempre cheios, enguiçados no meio do caminho, geram prejuízos para todos, empregados e empregadores. Em várias ocasiões os passageiros tem de se dirigir à estação mais próxima

caminhando pelos trilhos.

No Metrô a história não é muito diferente. Nos horários de pico as estações estão sempre super lotadas. As seguidas panes de energia obrigam os usuários a aguardarem para ser resgatados ou então a se aventurarem pelos trilhos, que no Metrô são energizados e podem causar a morte de quem estiver caminhando por eles.

Enquanto essas coisas acontecem, tanto o governador Sérgio Cabral quanto o prefeito Eduardo Paes se preocupam com as obras de maquiagem da cidade, para a Copa e as Olimpíadas. Muitas delas ainda nem começaram. Não demonstram o mínimo interesse pela segurança de nós, cidadãos.



Há mais de 100 anos em uso

A Comunicação que não queremos

Pelo fim à liberdade de manipulação da “Grande Imprensa”

Liberdade sim. Liberdade à bandalheira, à mentira e à enganação, não

Renato Prata

A mídia brasileira, mais precisamente a “grande mídia”, volta e meia faz muito barulho contra uma suposta censura que poderia vir a sofrer ou que já estaria sofrendo. O melhor argumento que prova o cinismo e a hipocrisia desse tipo de campanha é simples e direto: **a liberdade de imprensa não está ameaçada porque simplesmente nunca existiu e ainda não existe no Brasil.** Ela é controlada por poucos.

Não há nada nem ninguém mais livre no Brasil do que os barões dos grandes meios de comunicação. É um setor que possui mais liberdade do que qualquer outro ramo empresarial. E os exemplos são os

mais numerosos e mais variados possíveis: caluniam e perseguem pessoas que contrariam seus interesses políticos e econômicos; funcionam como verdadeiros partidos políticos; fazem o que querem e o que bem entendem no uso das concessões públicas.

Apenas meia dúzia de famílias detém o monopólio das concessões de rádio e TV em todo país. Isso só pode significar que somos reféns de uma Ditadura da Informação que protege, privilegia e reproduz aquilo que representa os interesses dos detentores dessas concessões. O que eles têm, portanto, não é o medo de perder a liberdade, mas medo de perder o controle e o monopólio da comunicação.

Balzac, ainda no início do século 19, não deixou dúvidas sobre aquilo em que o

jornalismo viria a se transformar. Em seu romance *Ilusões Perdidas*, diz:

O jornal, em vez de ser um sacerdócio, tornou-se um meio para os partidos; e de um meio passou a ser um comércio e, como todos os comércios, não tem fé nem lei.

Não creiam, portanto, que a liberdade de imprensa está ameaçada, pois não se perde aquilo que não se tem. Pelo contrário, a imprensa que temos hoje está aí mais para garantir uma censura velada do que uma liberdade declarada.

Por tudo isso, não resta outra alternativa a não ser lutar e gritar pelo fim à liberdade dos barões dos grandes meios de comunicação de fazerem o que bem entendem para defender seus interesses políticos e econômicos.



Prata é historiador e pós-graduado em Filosofia no RJ (aluno do Curso de Comunicação Comunitária)

Esta mídia queremos

Fazendo Media:

Jornal criado por estudantes para analisar o funcionamento da mídia é impedido de circular em universidade privada

Há nove anos, estudantes de comunicação social criaram o jornal alternativo Fazendo Media, que hoje circula por via impressa e também possui uma página na internet. Ele é referência para comunicadores populares e militantes sociais do país inteiro, pois procura entender as relações da chamada “grande mídia” com os poderes político e econômico. A partir de matérias e reportagens sobre os mais variados temas, a publicação mostra como os veículos de comunicação, ao invés de serem imparciais, reproduzem os interesses do grupo dominante, deixando em segundo plano sua função social. No mês de agosto, pela primeira vez, o jornal foi proibido de circular em uma universidade. Trata-se do campus Tijuca da Universidade Cândido Mendes. Para conhecer o projeto, acesse: www.fazendomedia.com.

Mortes de Realengo e a farsa da mídia

Eduardo Marinho

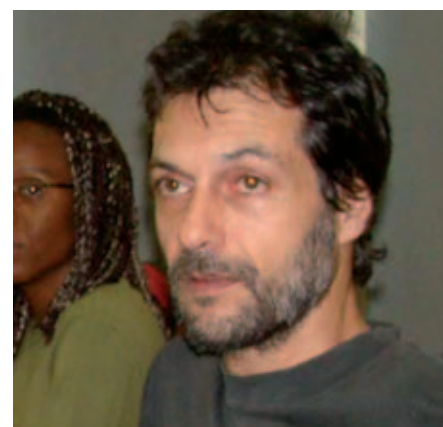
Agora que o assunto esfriou na mídia e os ânimos serenaram, pode se perceber os sinais de farsa, por trás da tragédia de Realengo. Uma farsa no comportamento da própria mídia empresarial, em suas distorções e omissões deliberadas.

Facilidade de acesso a instruções sobre armas, atentados e diversos conhecimentos bélicos através da net. Escandalosas estatísticas sobre o número de armas legais que cai nas mãos da bandidagem comum ou fardada. Tráfico de armas do exterior, o que faz o mercado ilegal de armas farto e facilita o acesso. Nada disso é mencionado.

Haveria o dedo da indústria de armamentos, por trás deste silêncio?

Ou dos empresários do tráfico, os donos de verdade, que possuem empresas para a lavagem do dinheiro e circulam tranquilos, nos altos círculos sociais, políticos e financeiros, alheios às operações de fachada da chamada “guerra ao tráfico”?

O fato de Wellington, o assassino suicida, ter sido vítima de massacres psicológicos e físicos durante os anos da infância e adolescência não foi levantado. Teve apenas uma menção superficial. Por seu tem-



Eduardo é artista de rua (aluno do Curso de Comunicação Comunitária)

peramento arredo, introspectivo e tímido, entre a exclusão e o deboche, sofreu espancamentos e humilhações: várias vezes, nos banheiros, sua cabeça foi enfiada em vasos sanitários com a descarga acionada.

Transformado em vítima da coletividade, teve diagnosticada esquizofrenia, mas não teve tratamento nem acompanhamento. O mesmo Estado que o diagnosticou lhe negou acesso à assistência.

A cobertura repulsiva da mídia comercial também omite o chamado a Jesus, na carta deixada por Wellington, onde explica os porquês de sua atitude desarvorada.

Com todas as expressões de fanatismo religioso, o assassino foi ligado ao islã, o tronco religioso predominante na área com maior concentração de petróleo do planeta. A frase em que afirma sua crença de que Jesus, em pessoa, o virá buscar foi retirada na publicação do texto.

Uma atitude criminoso, comum à mídia privada que prepara a opinião pública para aceitar, e mesmo apoiar, a subjugação desses territórios.

Essa mídia mente, distorcendo, induz, pressiona. É preciso desacreditar a indústria da desinformação. É preciso tomar o espaço público das comunicações do controle privado. É preciso pulverizar e popularizar o chamado espectro magnético. É preciso respeitar e incentivar a criação de TVs, rádios, revistas e jornais populares, de bairros, associações, sindicatos, movimentos sociais, comunidades, em todas as cidades e regiões.

Não só do país, mas da América Latina e do mundo. É preciso tomar consciência e parar de acreditar nas mentiras que nos acorrentam, jorrando da publicidade massiva, em todas as partes, revistas, jornais, rádios e das televisões em nossas salas, criando visões de mundo e valores falsos, desejos de consumos impossíveis, objetivos de vida frustrantes e interpretações distorcidas da realidade.

Comunicação Popular: Rádio

Saiba mais sobre rádios comunitárias



O NPC esteve no IV Seminário de Legislação e Direito à Comunicação, promovido pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) realizado no Sindicato dos Jornalistas, no dia 11 de Agosto. No evento foram discutidos os inúmeros problemas enfrentados pelas rádios comunitárias para irem ao ar como também para se manterem em funcionamento. O objetivo do evento foi reunir as dificuldades existentes e unirem forças para, juntos, lutarem por uma legislação mais justa para a comunicação comunitária.

Para entendermos melhor as discussões sobre as rádios comunitárias conversamos com dois pesquisadores da área, o Dioclécio Luz, mestre pela Universidade de Brasília (UNB) e o professor Adilson Cabral, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Segundo Adilson Cabral a comunicação comunitária ainda é vista como periférica, ou seja, distante da sociedade. Porém, esse pensamento



Tatiana Galdino e Bia Libonati entrevistam Adilson Cabral
(alunas do Curso de Comunicação Comunitária)

vai contra a definição de rádios comunitárias, que são próprias da sociedade e para a sociedade. Na opinião do professor, para mudar essa visão, "o Estado deveria incentivar, incrementar e fiscalizar as

rádios comunitárias". Além disso, Adilson destaca a importância de uma nova legislação. "É preciso um projeto de lei, como um Estatuto da Comunicação para que a situação melhore".

A legislação

A lei 9612 que regulamenta as atividades das rádios comunitárias está em vigor desde 1998. Ao longo desses doze anos, sofreu apenas duas modificações. A concessão para funcionamento das rádios passou de três anos para dez anos e o prazo para liberação das rádios passou para no máximo noventa dias.

"Aparentemente é fácil montar rádio comunitária. Mas autorização só não é nada. Porque as rádios com autorização podem não ser comunitárias", conta o jornalista Dioclécio Luz.

Os entraves

Os pontos mais críticos enfrentados pelas rádios comunitárias no Brasil são vários. De acordo com a atual legislação a potência permitida para funcionamento das rádios é muito baixa, de apenas 25 watts e só pode ter um canal por região.

"Primeiro você tem uma legislação



Sérgio Pimentel e Camila Serafim entrevistam Dioclécio Luz
(alunos do Curso de Comunicação Comunitária)

que inviabiliza a formação de redes, proíbe publicidade, uma forma de que a rádio possa se sustentar, ela não dá direito a proteção pelo Estado, a legislação coloca as rádios fora do dial, e o mais terrível, ela coloca que as comunidades devem ficar dentro de um raio de 1 km", conta Dioclécio Luz.

Além disso, os dirigentes da rádio devem morar dentro do mesmo raio de 1 km. Entre outras restrições, as rádios comunitárias sofrem muita burocracia e muitas punições.

A Solução

Atualmente existem 36 propostas tramitando na Justiça para modificar a legislação atual das rádios comunitárias. Segundo Dioclécio Luz, uma legislação mais justa e adequada é de extrema importância para que comece a melhorar a situação. Mas deve haver também mais investimentos financeiros para as rádios comunitárias. "Era pra ter muito mais recursos! Além do direito a publicidade, uma publicidade ética, devia ter recurso público, pois o maior beneficiário de uma rádio comunitária é o público, é a sociedade", acrescenta o jornalista.



Tatiana, Bia e Malu Machado em ação (alunas do Curso de Comunicação Comunitária)

Moradia: preparação da cidade para os jogos impõe muito sofrimento à população

“Eu quero meu teto e não aceito ser jogado pra longe como lixo”

Jorge Santos, hoje um brasileiro sem teto e sem terra

Tatiana Lima

Rio de Janeiro, manhã de sábado, 13 de agosto. Quarto, sala, cozinha e banheiro. Tudo foi ao chão com auxílio de um trator, um funcionário da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e uma decisão judicial. E assim Jorge Santos perdeu o seu único bem material: a moradia.

Jorge é capixaba teimoso. Cabra firme nas ideias e ciente de seus direitos. Líder comunitário, lutou até o fim contra a remoção da Vila Recreio. Recusou-se a ser removido para um conjunto habitacional, em Cosmos, na Zona Oeste, a 30 km de distância da antiga moradia. Tampouco aceitou o valor de indenização oferecido pela Secretaria Municipal de Habitação: R\$ 8 mil. Junto com a demolição da casa, o juiz determinou que a prefeitura pagasse em juízo uma indenização no valor de R\$ 14 mil reais.

“Não aceito esse valor de indenização. Em Madureira, eles pagaram um valor mínimo de indenização de R\$37.500. Este valor aceito porque não serei intransigente. Se outras famílias já aceitaram em negociação direta com a prefeitura, compreendo que não posso pedir mais. Mas se entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal, aí é diferente. Pedirei o valor de indenização referente ao valor do



Jorge (de boné), Alan, Manoela e Diego na aula de 2010 que lançou a Rádio Santa Marta

apartamento em Cosmos”, explica Jorge Santos, em entrevista ao Boletim NPC.

O valor de mercado da área antes ocupada pela casa de Jorge é de R\$ 104 mil. O apartamento oferecido pela prefeitura através do programa federal Minha Casa Minha Vida tem avaliação da Caixa Econômica Federal de R\$ 50 mil. A diferença,

portanto, entre o valor pago em juízo e o oferecido pelo governo é de R\$ 36 mil.

E agora Jorge?

Jorge Santos é consciente dos seus direitos. Correu atrás do Poder Judiciário. Procurou a Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Descobriu que o defensor público que estava

a cargo do seu processo, sequer sabia da decisão do juiz de demolição de sua casa ou do valor de pagamento baixo de indenização.

Ele foi procurado por dois funcionários da SMH, que tentam “negociar o pagamento do valor de R\$37.500”. A negociação era para ter acontecido até o dia 17 de agosto, mas Jorge continua sem rumo. Mora hoje, com a família em outra comunidade – também ameaçada de ser removida, conhecida como Trintão. É localizada a 500 metros de onde Jorge morava com sua família. Ele paga aluguel no valor de R\$520. “Mas graça a Deus, todos estão trabalhando. Eu, minha mulher e meus filhos”, relata Jorge. “Várias famílias assinaram e estão à mercê da boa vontade deles. Eu quero meu teto e não aceito ser jogado para longe como se fosse lixo. Sem poder opinar em nada. Só pobre tem que ser removida para as obras da Copa e das Olimpíadas. Rico não precisa, né?”, questiona.

Segundo Jorge, ele e sua família “estão enfrentando a situação bem porque sabem que fizeram tudo que podiam”. Para ele, caso “não tivesse feito tudo estaria se sentindo mal”. De acordo com Jorge, todas as 30 comunidades do Recreio, Taquara e Barra da Tijuca estão ameaçadas de despejo. A SMH foi procurada para responder sobre o caso de Jorge Santos, mas até o fechamento da edição do Boletim NPC, não enviou resposta.

Como nasceram as comunidades da Barra da Tijuca

Jorge Santos nasceu sem teto e sem terra. Ao longo dos anos, casou-se, teve dois filhos e com árduo suor de jardineiro, há 13 anos construiu uma casa na comunidade Vila Recreio II, região afastada da área central da cidade do Rio. Uma área esquecida com terras disponíveis para dezenas de brasileiros que, assim como ele, não tinham teto, terra e tampouco atenção do Poder Público sobre a realidade do déficit habitacional na glamorosa cidade do Rio. Área esquecida

por décadas pelo Poder Público e pelo setor privado do segmento imobiliário.

Foi assim, que durante décadas nasceram comunidades como a de Jorge. Terras que até poucos anos atrás não atraíam o interesse do Poder Público e tampouco de empresas privadas do setor imobiliário. Mas o mundo mudou. Os terrenos nas zonas centrais da cidade do Rio ficaram escassos. E a atividade empresarial precisou por questões de mercado encontrar novos rumos, expandir mercado e em consequência exigir a urbanização de

uma parte da cidade até então, renegada e sem infra-estrutura.

Previstas 130 remoções

Em Vila Recreio II viviam 500 famílias. Hoje, somente restam escombros, tijolos no chão, ferros retorcidos, cimento, poeira e alagamentos em decorrência da demolição de casas como a de Jorge Santos. A comunidade de Vila Recreio II não é a única nesta característica no Rio. Já foram derrubadas outras, na mesma área e em outros pontos da

cidade. No total, 130 comunidades têm previsão de serem demolidas.

Governos municipal, estadual e federal precisam de terrenos baratos e vazios para construir corredores de transporte contidos no projeto urbanístico dos Jogos da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). O tempo é curto, um calendário precisa ser cumprido e a comissão de ambos os eventos estão de “olho” no compromisso assumido pelo governo brasileiro de sediar os maiores eventos do mundo do esporte.

Moradia



No muro onde a Prefeitura pintou as marcas da remoção, moradores cobriram com tinta branca



A construtora Delta, de Fernando Cavendish, amigo do governador Sérgio Cabral, é a responsável pela obra que vai remover a comunidade

Dona Zélia, depois da limpeza social: “Ficou parecendo uma Miami”

Texto e fotos de Manuela Azenha
(portal viomundo)

“Isso chama-se limpeza social. Removeram a primeira e maior parte da comunidade, 68 famílias, para fazer um belo jardim na entrada do condomínio. Ficou parecendo uma Miami. Quando os moradores abriram os olhos, já era tarde demais. Agora, mais uma vez, sem necessidade, vão acabar com o resto”.

O desabafo é de Maria Zélia Carneiro Dazzi, a presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Arroio Pavuna, na zona Oeste do Rio de Janeiro. Descendente de um dos primeiros integrantes da comunidade, dona Zélia é parte viva de uma história de remoções que marca o avanço da especulação imobiliária na cidade.

Surgida em 1910, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona Sul, em 1938 a comunidade foi transferida pela primeira vez, para as proximidades da Lagoa de Jacarepaguá. Em 2006, a construção de um condomínio de luxo nas redondezas desfez casas e laços comunitários.

“A área do condomínio e de tudo aqui era uma enorme mata. A gente saía com um pedaço de pau na mão, porque era cheio de bicho: cobra, capivara, coelho. Tinha borboletas azuis lindíssimas. Os pássaros noturnos, todos sucumbiram. Tinha pássaro Carão, aquele que parece uma galinha e tem um canto



No quintal da casa, Dona Zélia e a papelada das remoções

lindíssimo. Naquela época [da construção do condomínio] os bichos conseguiram escapar para o terreno aqui do lado. Mas dessa vez, não. Foram todos aterrados, coitadinhos”.

Dona Zélia se refere ao aterro onde caminhões e tratores se preparam para erguer um viaduto que fará parte da TransCarioca, a ligação entre o aeroporto do Galeão e a Barra da Tijuca, uma das obras de infraestrutura para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para concluir a avenida, a Prefeitura pretende remover as 28 famílias que restam, extinguindo

uma comunidade centenária.

Dona Zélia diz que só ficou sabendo que perderia a casa quando repórteres de TV vieram até o bairro no dia seguinte à publicação do decreto no Diário Oficial.

“A verdade é que não estamos entendendo nada. Cada hora a planta que fazem da comunidade está de um jeito, sempre com erros. Tudo bem desapropriar as casas da frente, mas não é necessário fazer isso com todas”, ela argumenta.

Organizados pela ativista, os moradores estão decididos a não permitir que a

Prefeitura faça a avaliação das casas para efeito de desapropriação. Tiram proveito do fato de que existe um portão isolando a comunidade. Recorreram à Defensoria Pública. Por enquanto, os moradores não tiveram acesso ao projeto e reclamam da escassez de informações.

“Minha casa não está à venda. Não tenho porque permitir que entrem nela”, diz dona Zélia.

As marcas em tinta preta que a Secretaria Municipal de Habitação deixou na entrada do bairro, supostamente para marcar as casas a serem demolidas, foram cobertas pelos moradores com tinta branca.

“Isso é uma prática nazista, não vamos aceitar”, diz dona Zélia.

Passeando pela comunidade, aponta para uma árvore centenária e lamenta a perda de outra, que ficava por perto. Foi então que disparou a frase mais marcante da entrevista: “Isso chama-se limpeza social. Removeram a primeira e maior parte da comunidade, 68 famílias, para fazer um belo jardim na entrada do condomínio. Ficou parecendo uma Miami. Quando os moradores abriram os olhos, já era tarde demais. Agora, mais uma vez, sem necessidade, vão acabar com o resto”.

A construtora Delta, de Fernando Cavendish, amigo do governador Sérgio Cabral, é a responsável pela obra que vai remover a comunidade.

Lideranças quilombolas denunciam ameaças e violações de direitos

Eva Ganc

No dia 3 de agosto teve início, com uma sessão na Câmara dos Vereadores do Rio, o 4º Encontro Nacional de Comunidades Quilombola. Na atividade, foram feitas denúncias de ameaças de assassinatos por latifundiários e seus jagunços.

Para Julio Condaque, diretor do Movimento Nacional Raça e Classe, o encontro foi histórico pois, pela primeira vez, vieram à tona denúncias de violações de direitos humanos, além de se “rasgar” a história do movimento negro separando os grupos de discussão em quilombolas e movimentos negros.

DEM E PMDB desrespeitam direito quilombola

A Constituição e a Convenção 169 da OIT estabelecem o respeito aos povos nascidos e originários dos quilombos, dando-lhes prioridade de titulação e não remoção. Os DEM entrou com uma Ação de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o Decreto-Lei 4882 de 2003, que determina titular as terras quilombolas.

Os participantes do movimento deci-

diram fazer uma Marcha a Brasília no dia 7 de novembro e solicitar uma audiência com a presidenta para tratar de ameaças e assassinatos de lideranças, qualidade de vida, titulações e a possibilidade de perderem a qualquer momento suas terras.

Não houve consenso sobre a data da Marcha. Uma parte dos participantes queria a sua realização em fim de agosto ou 14 de setembro. Temem que em novembro, a ADIN já tenha ter sido votada pelo STF. Das 15 áreas em processo de titulação, apenas oito foram tituladas até agora. Existem mais de 5000 áreas quilombolas a serem tituladas. Além disso, há um Decreto-Lei proposto pelo deputado federal Valdir Collato (PMDB/SC) no mesmo sentido do DEM está para ser votado a qualquer hora na Câmara dos Deputados.

No encontro foi eleita uma nova CO-

NAQ, com representantes de todos os estados. A nova Coordenação enviou ofício à Secretaria de Direitos Humanos e recebeu resposta da titular da pasta, a ministra Maria do Rosário, dizendo-se preocupada com estupros de meninas no Maranhão, além dos estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Foi marcada uma reunião para o dia 31 de agosto, chamando um representante da CONAQ, sua assessora, e a representante da SEPPPIR.

Ao final, lideranças quilombolas disseram “achar engraçado” a Petrobrás e a Vale estarem patrocinando

o Encontro. Essas empresas são responsáveis por invasões em seus territórios, violando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina consultar as populações originárias quando há interesse em suas terras.



ZUMBI

COMO SE DEFINE TERRA QUILOMBOLA? A Lei de Terras de 1850, do período da Monarquia, definiu que as glebas com mais de cinco escravos fugidos que resistiram por mais de cinco anos, e que se reconhecem como nascidos ou originários, tem direito à terra.

Educação

Um grito de paz nas escolas

“Círculos restaurativos” propõem o responsabilizar ao invés de punir

Soraia Melo

Quando o assunto é violência nas escolas não é difícil encontrar exemplos em nossas memórias ou páginas de jornal. Somente em 2011, fomos massacrados por notícias sobre o caso da escola Tasso da Silveira, em Realengo. São escolas fechadas. Escolas atingidas por balas. Criança de 5 anos que foi intimidada a depor por uma briga na escola.

Se a escola reproduz o modelo da justiça criminal, que visa à punição e à

responsabilização, é chegado o momento de voltar às nossas origens e revisitar a antiga e eficaz prática do diálogo.

Durante uma visita ao Rio de Janeiro, no final de agosto, a norte-americana Kay Pranis conversou com diferentes agentes sociais sobre a justiça restaurativa e a realização de círculos de paz em espaços em que há relações sociais e, principalmente, na escola.

Desde 1998, a instrutora dá palestras e treinamentos nos EUA, Canadá, Austrália, Japão e outros países. Trabalha junto a lideranças de estabelecimentos correccionais, da polícia, dos tribunais, de

associações de bairro, comunidades religiosas e escolas, desenvolvendo respostas a situações de crime e conflito, com base na chamada justiça restaurativa. Kay deu inúmeros exemplos de como aplicar os círculos restaurativos e sobre o valor do poder compartilhado.

Kay Pranis atua em parceria com o sistema judiciário, escolas, grupos de vizinhança, famílias e empresas. É autora de várias obras sobre o tema, entre elas está *Teoria e Prática- Processos Circulares*, publicado no Brasil pela editora Pallas.

Para ela, o círculo é um importante



instrumento para a promoção da cultura de paz. Em todo o mundo, os chamados “processos circulares” têm contribuído para diminuir a criminalidade entre jovens. Diante de infrações ou atos ilícitos, promovem-se círculos reunindo o autor, a vítima e outras pessoas envolvidas. A violência é substituída pelo diálogo, e todos aprendem com o episódio.

Temas para refletir

Os muitos conceitos de família

Tema polêmico que exige muita seriedade

Camila Seraphini,
Malu Machado e Renato Prata

A discussão em torno do que é a família há muito tempo desencadeia vários debates e poucas conclusões. No entanto, o conceito de família que conhecemos e aprendemos a respeitar e reproduzir, a família burguesa, parece já estar mesmo nos seus últimos instantes de agonia. Aliás, diga-se de passagem, já vai tarde.

A ideia padrão de família, que ainda predomina em muitos lugares, é paternalista e machista. Reduz a mulher a um mero

objeto sexual que não pode falar, pensar e muito menos participar da vida política e econômica. O mais impressionante foi a forma como esse ideal de família cresceu, a tal ponto que a própria classe trabalhadora lutava e sonhava em alcançar aquele status. Mesmo sendo seus interesses completamente diferentes dos da burguesia.

Hoje, o conceito inicial de família está mudando. O ideal de pai, mãe e filhos se modificou. A maioria das famílias modernas é formada por diversos casamentos. Pai e mãe se separam, casam novamente, tem outros filhos.

Também, aos poucos, a mulher foi ganhando posição de destaque na família.

Apesar de a sociedade, na sua maioria, ainda ser muito patriarcal, já vemos muitas mães sendo reconhecidas com chefe de família. Famílias sustentadas pelas mães sem a presença do pai hoje não são mais colocadas à margem da sociedade, apesar de ainda enfrentarem dificuldades.

Mas, uma das mudanças mais marcantes é a família formada por gays. Antes, excluído da família por ser considerado “aberração”, o gay não podia formar uma família por ser incapaz de gerar filhos.

Agora tudo se modifica.

A adoção é a possibilidade dos casais gays terem seus próprios filhos. Quem defende o ideal antigo de família diz que os filhos de ca-

sais gays podem sofrer transtornos psicológicos por serem “diferentes”, além de terem maior possibilidade de se tornarem homossexuais. Mas estudos e pesquisas comprovam que, na maioria, os filhos de casais gays apresentam um desenvolvimento e um quadro psicológico melhor do que os filhos da “família ideal”. Também apontam que a orientação sexual de cada pessoa não sofre “influência” dos pais.

O que é realmente interessante é o fato de a luta dos gays por formar uma família ser exatamente nos padrões daquela que o rejeita. Isso mostra que, apesar das modificações que a visão que temos de família venha sofrendo, “ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”, como diz a canção.

Casal gay sonha em formar família

Malu Machado e Camila Seraphini

“Um casal homossexual pode sim formar uma família, pode educar, pode amar, e dar tudo que uma criança precisa”. Essa é a opinião de Aline Pereira Novaes de Oliveira, de 20 anos, aluna de publicidade da Faculdade Helio Alonso (FACHA). Ela e sua namorada, Natalia de Montezuma Melo, de 22 anos, concederam uma entrevista ao jornal Vozes das Comunidades.

Malu: Vocês tem perspectiva de formar uma família? E se tem, como a imaginam?

Aline: Sim. Imagino como qualquer outra família dentro dos padrões impostos pela sociedade. Claro que com diferenças na estrutura, mas o amor e a dedicação dados aos filhos independem das bases de uma família.

Natalia: Sim, tenho perspectiva de formar uma família com minha companheira e ter dois filhos. Um de cada uma. E quero que as crianças sejam filhas do mesmo pai, para ter um parentesco sanguíneo.

Malu: O que você pensa dos argumentos daqueles que condenam a família formada por gays?

Aline: Fico cada vez mais certa da intolerância dessas pessoas frente a isso, ainda mais quando os argumentos são completamente ofensivos e sem lógica alguma. Um casal homossexual pode sim formar

uma família, pode educar, pode amar, e dar tudo que uma criança precisa. Filhos de casais homossexuais podem ser futuros adultos tolerantes, que respeitam a condição e o modo de viver do outro, com muito mais virtudes e humanismo, diferente dessa massa homofóbica de hoje em dia. **Natalia:** Em relação aos argumentos que condenam a família formada por gays, compreendo de certa forma, pensando em relação às crianças. Mas acho que são coisas que as pessoas vão aprender a conviver, assim como outros fatos que mudaram na sociedade.

Malu: Qual a posição da família sobre a orientação sexual de vocês? Eles sabem? Como reagiriam se decidissem formar uma família?

Aline: Minha família não tem a total certeza da minha condição sexual. Condição sim, porque ninguém opta pela dificuldade, e sim pelo que faz feliz. Não aceitaríamos de primeira, iriam relutar, iriam sofrer. Nenhum pai e nenhuma mãe criam seus filhos para se tornarem homossexuais. A perspectiva de ambos é que você faça tudo que a sociedade espera. Não considero meus pais homofóbicos, e sim preocupados com o preconceito em si, com o futuro que um filho homossexual possa ter. Acho que nenhuma família aceita, mas respeitar seria o primordial. **Natalia:** Minha família sabe da minha orientação sexual e aceita. Acho que não iriam contra minha decisão.

Se o casamento não dá certo, tem que separar, diz Vanildo

Malu Machado

Vanildo Machado tem 51 anos e está no terceiro casamento. Nenhum deles foi no civil ou no religioso, mas ainda tem vontade de se casar nos dois. Tem uma filha da primeira união, que está com 20 anos; um filho da segunda, que tem 13; e uma enteada da terceira, filha da primeira união de sua esposa. Este é o segundo casamento dela, e estão juntos há 11 anos. O convívio entre todos é “saudável”. Machado, como prefere ser chamado, tem um bom relacionamento com o ex-marido de sua esposa, que tem um filho do atual casamento. Este, por sua vez, é amigo do filho de Machado. Inclusive frequentam a casa um do outro. Sua filha e sua enteada se consideram irmãs. A esposa e seus filhos já se “adotaram” como família. Os irmãos maternos de seus filhos também estão juntos nessa “grande confusão”. Machado é ainda muito amigo de sua ex-cunhada, com quem trabalha junto. Apesar disso tudo, Machado tem uma opinião bem “católica” a respeito do casamento, como mostra a entrevista.

Malu: Como é o convívio entre seus filhos, sua esposa, suas ex, sua enteada...?

Machado: Eu classifico como bom.

Malu: O que você acha desse novo conceito de família, onde há o convívio de todos envolvidos em formações familiares diferentes?

Machado: É uma experiência delicada, na qual todos procuram se entender.

Malu: Como é a sua família? Seu pai e sua mãe foram/são casados a vida toda? Pra você seus pais seriam mais “satisfeitos” se você tivesse tido só um casamento, como mandam os padrões?

Machado: Meus pais foram casados toda a vida e tiveram oito filhos. Meus pais seriam mais satisfeitos sim, são bem religiosos e a família é uma coisa muito importante na religião.

Malu: Você deseja que seus filhos se casem apenas uma vez? Ou não se preocupa e acha que a decisão deles é o que importa?

Machado: Eu prefiro que seja uma vez só, mas eu quero que meus filhos fiquem bem. Se não der certo o melhor é separar. O problema é que se casar mais de uma vez se torna uma aventura, além de não pertencer à “lei natural das coisas”.

Malu: Você é a favor do casamento gay?

Machado: Já que se tornou normal dois homens/mulheres ficarem juntos, eu sou a favor. Já convivem juntos, então o melhor é se casar.

Mulheres

Se contenha senão eu te tasco a Maria da Penha!

Lei Maria da Penha comemora cinco anos

Carla Romão e Daiana da Silva

A Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, está comemorando cinco anos em 2011. Esta lei é considerada muito importante para as mulheres. Antes dela, quando apanhávamos de nossos maridos e companheiros, pouca coisa acontecia. Agora violência contra mulher é crime e o agressor pode até ser preso!!!

É bom lembrar que anteriormente os casos de violência contra mulher eram considerados de pouca importância, logo eram julgados nos Juizados de Pequenas Causas.

Temos muito que comemorar com esta lei, mas também temos muito que cobrar para que tudo o que está escrito nela seja cumprido. A lei protege as mulheres contra a violência doméstica, mas será que violência é só quando nosso marido, irmão ou pai nos bate? Existem outras formas de violência? Mulher, mulher existem sim! A Lei Maria da Penha define outras formas de violência além da violência física, que é quando alguém nos bate.

Vamos dar uma olhada em outras formas de violência contra as mulheres definidas pela lei Maria da Penha?

• **Violência física:** tapas, espancar, jogar objetos, beliscar, matar.

• **Violência psicológica:** ameaça, humilhação, manipulação, agressões verbais, colocar medo na vítima e tentar controlá-la.

• **Violência sexual:** atividade sexual feita com o uso da força, ou através de chantagem, na qual a pessoa é obrigada a manter contato sexual à força. Pode ser praticada por desconhecidos ou até mesmo pelos maridos, namorados, companheiros.

• **Violência doméstica:** muitas vezes ocorre dentro de casa, ou seja, no espaço doméstico. Os/as agressores/as são da família, têm ou tinham algum laço de afetividade com a vítima, podendo ser namorado/a ou ex, pai, irmão, marido ou ex-marido.

• **Assédio sexual:** quando alguém incomoda e constrange com atitudes e com sentido sexual a fim de obter vantagens sexuais. Geralmente acontece no local de trabalho, na escola.

• **Violência patrimonial:** ocorre quando o parceiro ou parceira destrói objetos pessoais ou até mesmo documentos da vítima causando perdas bens importantes.

Mas além de conhecer estas formas de violência temos que denunciar. Pois ainda são muitos os casos de violência que vemos na TV ou que ouvimos de colegas. Você pode procurar ajuda numa DEAM – Delegacia Especial de Atendimento a Mulher - ou ligar para o número 180. Este número é da Central de Atendimento à Mulher, a ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia.

É importante fazer uso desse instrumento, denunciar e combater todas as formas de violência contra mulher porque quem ama não mata, não humilha e não maltrata.

Quem é Maria da Penha?

A lei que tem como objetivo combater a violência contra a mulher recebeu este nome em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Em 1983, Maria da Penha recebeu um tiro de seu marido, Marco Antônio Herédia Viveiros, professor universitário, enquanto dormia. Como sequela, perdeu os movimentos das pernas e se viu presa em uma cadeira de rodas.

Seu marido tentou acobertar o crime afirmando que o disparo havia sido cometido por um ladrão. Após um longo período no hospital, a farmacêutica retornou para casa, onde mais sofrimento lhe aguardava.

Seu marido a manteve presa dentro de casa, iniciando-se uma



Maria da Penha recebeu, este ano, a Medalha Dom Helder Câmara na abertura do 27º Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e do 8º Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência

série de agressões. E tentou matá-la de novo, eletrocutada. Maria decide então buscar ajuda da família e com uma autorização judicial, conseguiu deixar a casa em companhia das três filhas. Maria da Penha ficou paraplégica.

No ano seguinte, 1984, Maria da Penha iniciou uma longa jornada em busca de justiça e segurança. Contou com a ajuda de várias entidades internacionais e acabou se transformando em um projeto de lei e, em 2006, foi aprovada a Lei Maria da Penha.

Hoje, esta lei é parte de algumas das conquistas e luta das mulheres a fim de prevenir a violência contra a mulher, proteger e tornar melhor a vida de muitas outras mulheres.

1º de Maio, ontem e hoje

Rafael Lopes



As 8 horas diárias de trabalho, hoje garantidas por lei, não surgiram do nada. Há mais ou menos 250 anos, quando a classe operária surgiu no mundo, com a Revolução Industrial, os trabalhadores não

possuíam carga horária ou qualquer outro direito. A lei era: trabalhar até que eles aguentassem. Aos poucos, a classe operária começou a se organizar e a lutar por melhores salários e pela diminuição da carga horária. Nesse contexto nasce a primeira associação: a Associação dos Alfaiates de Londres, em 1720. O grupo lutava justamente por melhores salários.

Em resposta a esta organização, o parlamento inglês cria uma lei que impede as associações da recém-nascida classe operária. Mas esse conflito realmente só se intensifica a partir da consciência inicial do socialismo, do anarquismo, e mais tarde, do comunismo, no século XIX. Talvez o marco mais significativo dessa luta tenha acontecido com a impressão do livreto Manifesto do Partido Comunista, escrito pelos revolucionários Marx e Engels.

O 1º de maio aparece pela primeira vez em 1886, nos Estados Unidos numa greve geral pelas 8 horas. Os grevistas foram atacados pela polícia, o que gerou um grande massacre de trabalhadores. Cinco líderes foram condenados à força e outros a longos períodos de prisão. Para lembrar e homenagear os mortos deste dia, a Internacional Socialista, uma associação de trabalhadores de diversos países, declarou o 1º de maio como o Dia Internacional da Luta dos Trabalhadores.

Brasil, ontem e hoje

No Brasil, a luta pelas 8 horas começa no início do século XX. Foram feitas muitas greves e tivemos centenas de prisões, expulsões de lideranças e dezenas de mortes de grevistas. Mas as 8 horas só foram reconhecidas em lei em 1932, no governo Vargas. No mundo muitos países já estavam aplicando as 8 horas de trabalho. Hoje, com a onda neoliberal que invadiu o mundo desde 1980, muitos direitos trabalhistas foram retirados. Entre estes, as 8 horas de trabalho acabaram sendo flexibilizadas, isto é, retiradas.

Questão da terra

Juíza ignora ouvidor agrário e despeja famílias do MST em Americana/SP

Sindicato dos Químicos de Campinas, Osasco e Valinhos

A noite do dia 29 de agosto de 2011 foi tensa no Assentamento Milton Santos e na nova ocupação em Americana. 700 famílias ocupavam a área há 24 dias e no dia 30 a Polícia Militar (PM) realizou uma reintegração de posse aterrorizante para acampados e assentados.

Muitas famílias não puderam entrar no local, que foi fechado pela polícia. O cerco começou no início da noite anterior. Diversas famílias assentadas, impedidas de entrar em suas casas, tiveram que passar a noite em carros.

Acampados foram detidos indevidamente só por tentar voltar para o acampamento. Um grupo de assentados e o advogado do movimento Vandré Paladini, que vinham de uma audiência pública com a ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário, que ocorreu na Assembleia Legislativa em São Paulo, foram barrados na estrada que liga Americana ao Assentamento. Durante toda a noite a polícia percorreu as estradas internas do Assentamento, constringendo acampados e assentados que passavam no local.

Justiça só defende latifundiários

A Justiça mais uma vez defendeu os interesses dos latifundiários de terra, usineiros. A juíza de Americana responsável pelo processo emitiu a liminar a favor da Usina Ester, ignorando o fato de que a área pertence ao INSS e não levou em consideração nem

o pedido do Ouvidor Agrário Nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desembargador Gercino José da Silva Filho, que solicitou o adiamento do cumprimento da liminar até que a situação da terra ocupada fosse investigada.

Tiros e rojões para intimidar

Foram disparados tiros de fuzil e lançados rojões com o intuito de intimidar as famílias. O clima de guerra e conflito iminente fez com que as companheiras e companheiros já assentados no Milton Santos interviessem e acolhessem os recém acampados em suas casas. Estima-se que cerca de 150 famílias refugiaram-se na área do Assentamento. As famílias acampadas não tiveram tempo de retirar os seus pertences.

O comandante da operação policial chegou ao local tentando identificar a coordenação do acampamento. Como os acampados e assentados se recusaram a dar informações, os policiais receberam ordem de destruição imediata das estruturas. A operação iniciou com uma chuva de balas de borracha que perfuraram os barracos. Felizmente, ninguém se machucou.

Crianças sem escola e alimentação

Na manhã do despejo a polícia ainda cercava as entradas, impedindo, inclusive, a passagem de jornalistas, apoiadores e advogados. O transporte escolar ficou preso na barreira policial e várias crianças não pude-

ram ir a escola. Muitas delas assistiram aterrorizadas à brutal cena da ação policial.

A rotina dos assentados foi totalmente alterada. Cerca de 4 mil quilos de alimentos retirados semanalmente e também doados às entidades assistenciais da região não puderam ser entregues e os produtores ficaram no prejuízo.

Abuso policial e milícias da usina

Durante todo o dia de ontem (31/08) a operação continuou. Os pertences dos acampados amontoados no dia anterior, numa área vizinha, foram queimados (colchões, roupas, utensílios e ferramentas).

Devido aos abusos cometidos pelos policiais os advogados do movimento estão ouvindo acampados e assentados para buscar responsabilizar os culpados. O MST pede às autoridades que tomem providências de modo que os direitos dos acampados, assentados e moradores da região (Sobrado Velho e Morada das Carolinas) sejam respeitados. As

famílias assentadas temem inclusive retaliações, já que as intimidações por milícias formadas por policiais que fazem a “segurança particular” da Usina são constantes.

O MST continuará a denunciar a grilagem de terras públicas para usufruto de particulares e as injustiças cometidas contra os trabalhadores.

Aos apoiadores e aliados

Conforme nota do MST “após a reintegração muito do que tínhamos foi perdido: barracos, colchões, cobertores, roupas, alimentos. Para continuar a luta pela destinação das terras para a reforma agrária o movimento necessitada, com urgência, de doações de lona, cobertores, alimentos, produtos de higiene pessoal e colchões.



Alimentação



Campanha Contra os Agrotóxicos luta contra a indústria dos venenos

Foi lançada em abril deste ano a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. O objetivo é divulgar o uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras brasileiras e mostrar quem lucra com esse mercado.

Alan Tygel

Um bilhão de litros de agrotóxicos. Esta foi a quantidade consumida no Brasil em 2009, o que nos fez bi-campeões mundiais em consumo de agrotóxicos.

Os principais afetados pelos venenos são os agricultores. São eles que sofrem os efeitos agudos do contato direto com os venenos - irritações na pele, desmaios, tontura, dor de cabeça -, além dos efeitos crônicos, fruto de longos períodos ao lado dos agrotóxicos - câncer, depressão, chegando em muitos casos ao suicídio.

Nós corremos perigo

Estudos provaram que os consumidores também correm perigo. Em alguns tipos de



Cada brasileiro consome em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano. Até quando vamos engolir isso?

vegetais, mais da metade das amostras estava contaminada com quantidade de resíduos de agrotóxicos superior ao permitido por lei.

O cenário mostra que o desafio da campanha é grande. Apenas sete empresas - Monsanto, Bayer, Basf, Dow, Syngenta, DuPont e Nufarm - dominam a maior parte de um mercado que movimenta quase 50 bilhões de dólares por ano. Estas empresas usam seu poder econômico e pressionam por leis que liberam mais substâncias, e pelo aumento dos limites de agrotóxicos permitidos.

A Campanha tem atuado em duas frentes. A primeira luta por mudanças na legislação que proibam no Brasil substâncias já banidas no resto do mundo e ataquem a pulverização aérea.

A segunda linha visa incentivar a

agroecologia, que é o modo de produção de alimentos sem agrotóxicos e que respeita a natureza, procurando um equilíbrio ecológico. Na agroecologia também não há exploração de trabalhadores.

A Campanha Contra os Agrotóxicos nos oferece uma chance única de diálogo amplo com a sociedade. Deve-se deixar claro que os venenos são parte de um modelo de desenvolvimento baseado no latifúndio, na monocultura e exportação, e que expulsa o trabalhador do campo. E que, apesar de parecer um problema distante das cidades, é o mesmo modelo que provoca as remoções que vemos hoje no Rio de Janeiro.

Para participar do comitê da campanha no Rio de Janeiro, entre em contato pelo email: contraosagrototoxicos.rj@gmail.com.

Cultura

Um breve giro na região da alegria e diversidade cultural

A Zona Norte vista pelos olhos do coração

Cynthia Rachel Lima

Eu gostaria de poder falar de cada pedacinho do Rio de Janeiro e sua variedade de regiões. Mas é Zona Norte que faz meu coração bater de alegria. Todos os ônibus ou até mesmo as mais lotadas ferrovias te levam para diferentes lugares desta zona. Hoje, eu gostaria de lhes mostrar as diversidades existentes nela. E assim, eu vos apresento a Zona Norte.

Reduto de todos os ritmos, desde os mais brandos ao mais barulhentos. É pairando pelas localidades da Zona Norte que você pode conhecer e escolher o que quer curtir. Eu, meus queridos e queridas, fiz uma loucura gostosa, aproveitei a "deixa" de conhecer melhor o que a Zona Norte poderia me oferecer e me joguei, mergulhei de ca-

beça num lugar cujas pessoas eu não vejo em mais lugar algum. Tem algo que nos assimila na alegria de viver diante a dura realidade da violência existente em muitas favelas e morros. Mas, hoje eu quero é falar das delícias, dos diferentes sons dos batuques, do "pancadão", das emboladas e dos suores que corriam nos rostos alegres. Eu não sei se vocês sabem, mas eu sou louca por samba. E na Zona Norte eu sambei até o joelho doer num tal Samba da Chaleira.

Meus amigos, lá o cântico é reza, as pessoas até fecham os olhos. Imaginou? Então tem que viver. É muita energia correndo nas veias. Mas não para por aí. Além da diversidade de ritmo, a Zona Norte é um celeiro. Suas feiras, festas de ruas e grandes mercados vão das miudezas aos produtos de grande valor. Da

Cadeg ao Mercadão de Madureira o que você encontra é promoção.

E minha caminhada não para. Sábado à noite o destino é o "Dutão" de Madureira. Para quem não conhece, é o famoso Viaduto Negrão de Lima. Criado

nos anos 90, o baile charme de rua foi pensado para agregar valores e aspectos da cultura negra. Mais de

60% das pessoas que frequentam o viaduto são negras. Entre um passo e outro, fui trocando ideias com pessoas que já frequentam o lugar há mais de dez anos. São os chamados baluartes do charme. Impressiona como todos vão ao baile sempre muito arrumados e elegantes.

Eu poderia falar mais e mais sobre a Zona Norte, porque de A a Z esta zona tem o que fazer e o que ver. A melhor feijoada, as conversas de portão no do-

mingo, as melhores cantadas ou até mesmos as confusões por nada. E, como já disse Roberto Carlos, "se chorei ou se sorri o importante é que emoções eu vivi". Querem saber a minha próxima parada?

Serviço

SAMBA DA CHALEIRA
Bairro do Cachambi
Sempre aos sábados,
às 16h. Com Grupo
Realidade e Crispim
da Mart'nália.

VIADUTO DE MADUREIRA
BAILE CHARME
Viaduto Negrão de Lima
Madureira
Sábados, às 22h

